



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

NATHÁLIA NUNES

A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS MIGRANTES EM FOZ  
DO IGUAÇU E A ARTICULAÇÃO COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOZ DO IGUAÇU – 2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA DOCENTES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

NATHÁLIA NUNES

A EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS MIGRANTES EM FOZ DO IGUAÇU E A ARTICULAÇÃO COM AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), para obtenção de grau em especialização em Relações Internacionais para docentes da educação básica sob a orientação do Professor Dr. Lucas Ribeiro Mesquita.

FOZ DO IGUAÇU – 2024

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos como professora na Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu - PR, venho observando de perto os desafios e as possibilidades que surgem no processo de inclusão de crianças migrantes e refugiadas nas escolas públicas. A cidade, por sua localização estratégica na tríplice fronteira, recebe um número significativo de alunos de diferentes nacionalidades, o que enriquece o ambiente escolar, mas também traz à tona questões complexas relacionadas à adaptação linguística, cultural e social desses estudantes.

A questão do acolhimento e da inclusão de crianças migrantes e refugiadas nas escolas é um tema de relevância crescente, especialmente em uma cidade como Foz do Iguaçu, que se destaca na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. A realidade dessa cidade, marcada por um fluxo contínuo de imigrantes e refugiados em busca de novas oportunidades, torna o ambiente escolar um microcosmo da diversidade cultural. Nesse contexto, diferentes línguas, tradições e modos de vida se entrelaçam, criando uma rica tapeçaria social, mas também evidenciando desafios significativos. Como professora da rede municipal de Foz do Iguaçu e graduada em Letras — Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras pela UNILA, venho observando em minha prática diária as complexidades e as dificuldades que surgem nesse cenário educacional.

As minhas experiências em sala de aula me levaram a perceber que o acolhimento das crianças migrantes e refugiadas não é apenas uma questão de garantir o acesso à educação, mas envolve um conjunto de ações que precisam ser planejadas e executadas de forma eficaz. Ao observar a realidade dos alunos, notei que muitos deles enfrentam barreiras linguísticas e culturais que dificultam sua integração e aprendizado. Para esses estudantes, a escola pode representar tanto um espaço de acolhimento quanto um ambiente de exclusão, dependendo de como as diretrizes educativas são implementadas. Embora as políticas públicas brasileiras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ofereçam um arcabouço legal que garante o direito à educação, na prática, essas garantias muitas vezes não se traduzem em ações efetivas.

Além disso, a relação entre a prática pedagógica e as diretrizes internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferece uma base teórica rica para essa investigação. A Convenção, adotada pela

ONU em 1989, estabelece que todas as crianças têm o direito à educação, independentemente de sua origem, e enfatiza a necessidade de ambientes escolares que respeitem e promovam a diversidade cultural. Por outro lado, os ODS, que foram criados em 2015 como parte da Agenda 2030, incluem o ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Esses documentos não apenas fornecem um direcionamento para as políticas educacionais, mas também estabelecem um compromisso global com a proteção e a inclusão de populações vulneráveis.

Diante dessa realidade, a metodologia desta pesquisa, que se fundamenta na pesquisa-ação e em uma abordagem qualitativa, busca promover uma reflexão crítica e colaborativa entre educadores e a comunidade escolar. A pesquisa-ação se caracteriza por um processo dinâmico em que a teoria e a prática se interconectam, permitindo que os educadores identifiquem suas próprias necessidades e construam soluções de forma coletiva. Esse tipo de investigação não se limita a descrever o que está acontecendo, mas visa transformar a realidade social por meio da participação ativa dos envolvidos. Assim, ao incentivar a troca de experiências e a reflexão conjunta, espero que os educadores se sintam mais capacitados para lidar com as questões que afetam o acolhimento de crianças migrantes.

Dentro desse contexto, a proposta de formação através de grupos de estudos surge como uma alternativa eficaz para o desenvolvimento profissional dos docentes. Essa modalidade oferece um espaço para discussão e troca de conhecimentos sobre o acolhimento de crianças migrantes, permitindo que os educadores se aprofundem nos desafios e nas possibilidades que essa temática apresenta. A formação contínua é essencial, pois como argumenta Nóvoa (2009), a profissionalidade docente se constrói por meio do diálogo e da reflexão sobre a prática. Os grupos de estudos podem funcionar como um espaço de aprendizado colaborativo, onde os professores possam compartilhar suas experiências e, juntos, encontrar estratégias que promovam um ambiente escolar mais inclusivo.

Por fim, esta pesquisa busca não apenas compreender os desafios do acolhimento de crianças migrantes em Foz do Iguaçu, mas também propor ações concretas que contribuam para a efetividade das políticas públicas de inclusão. O acolhimento e a inclusão de crianças migrantes e refugiadas representam um desafio significativo que requer uma abordagem coletiva, envolvendo não apenas os educadores, mas também gestores, alunos e a sociedade civil. A luta pela garantia do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada que deve ser alimentada por uma compreensão profunda das necessidades

dessas crianças e uma determinação coletiva para construir um futuro onde todos tenham a oportunidade de aprender e prosperar.

Este trabalho busca não apenas situar o leitor na temática abordada, mas também instigá-lo a refletir sobre a complexidade do acolhimento e da inclusão nas escolas, ressaltando a importância de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e linguística. A articulação entre as práticas locais e as diretrizes internacionais é fundamental para a construção de um ambiente escolar que não apenas reconheça, mas celebre as diferenças, garantindo que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade. Com essa pesquisa, espero contribuir para um debate mais amplo sobre a educação inclusiva, promovendo a construção de um espaço seguro e acolhedor para todas as crianças, independentemente de suas origens.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A cidade de Foz do Iguaçu, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, acolhe uma população expressiva de migrantes e refugiados, incluindo crianças que precisam ser integradas às escolas públicas. Esse cenário multicultural levanta desafios significativos para o sistema educacional, exigindo políticas de inclusão eficazes e práticas pedagógicas adaptadas.

Dados da Prefeitura de Foz do Iguaçu revelam que a cidade implementa critérios de vulnerabilidade na distribuição de vagas escolares para atender essa demanda, garantindo prioridade para crianças migrantes e refugiadas nas unidades educacionais, como os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Além disso, Foz é destaque em relatórios da ONU pelas iniciativas de acolhimento de refugiados, evidenciando seu papel como cidade que busca promover a inclusão e a integração dessas populações vulneráveis. No entanto, apesar desses esforços, ainda há obstáculos na efetivação dessas políticas, principalmente no que diz respeito à adaptação dos currículos e à preparação dos professores para lidar com a diversidade cultural e linguística.

## **3. OBJETIVOS**

### **3.1 OBJETIVOS GERAIS**

Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente as práticas de acolhimento e inclusão de crianças migrantes e refugiadas nas escolas da Rede Municipal de Foz do Iguaçu, considerando tanto o contexto educacional local quanto as diretrizes estabelecidas por

documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa busca compreender as dinâmicas pedagógicas e propor caminhos que aproximem as políticas públicas educacionais da prática cotidiana, fortalecendo o protagonismo docente e a construção de uma educação mais inclusiva e intercultural.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- \* Analisar a implementação das políticas públicas voltadas para a inclusão de crianças migrantes nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, confrontando-as com a realidade observada em sala de aula.
- \* Identificar as lacunas na formação docente e os desafios enfrentados pelos professores no acolhimento e na integração de alunos migrantes, especialmente no que se refere à diversidade linguística e cultural.
- \* Explorar a articulação entre as diretrizes internacionais e as práticas educacionais locais, investigando como documentos como a Convenção sobre os Direitos da Criança e os ODS são refletidos (ou não) nas políticas e nas ações pedagógicas.
- \* Propor a formação continuada por meio de grupos de estudos de professores, como alternativa para aprimorar as práticas pedagógicas e promover maior conscientização sobre o acolhimento e a inclusão de crianças migrantes e refugiadas.
- \* Sugerir ações efetivas para melhorar o acolhimento nas escolas municipais, considerando tanto a perspectiva dos docentes quanto as necessidades dos estudantes migrantes, com base na análise das políticas locais e internacionais.

### **4. METODOLOGIA**

A metodologia que orienta esta pesquisa foi moldada pela minha vivência e prática como docente na Rede Municipal de Foz do Iguaçu, onde testemunhei de perto os desafios e oportunidades que surgem ao acolher crianças migrantes e refugiadas no espaço escolar. Minha experiência cotidiana revelou que, embora as diretrizes educacionais apontem para a inclusão e o respeito à diversidade, a aplicação desses princípios na prática muitas vezes se mostra insuficiente. Dessa forma, optei por utilizar a pesquisa-ação como base metodológica, uma vez que essa estratégia me permite não apenas investigar e compreender o cenário observado, mas também intervir ativamente para promover melhorias.

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação se caracteriza por ser uma abordagem colaborativa e transformadora, onde pesquisador e participantes trabalham juntos para solucionar problemas e aprimorar práticas sociais. A escolha por essa metodologia foi motivada pela natureza reflexiva do meu trabalho em sala de aula, onde constantemente precisei repensar e ajustar as práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de um público tão diverso. Assim, a pesquisa se desenvolve como uma tentativa de transformar a prática docente e fortalecer a inclusão por meio do diálogo entre teoria e realidade vivida.

Além disso, a abordagem qualitativa é essencial para captar as nuances e subjetividades envolvidas no processo de inclusão de crianças migrantes. Como argumenta Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite que o pesquisador se aprofunde nas experiências dos sujeitos, valorizando as interpretações e significados que eles atribuem às situações vivenciadas. Ao longo dos anos em que atuei nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, percebi que a inclusão dessas crianças não pode ser tratada apenas como uma questão técnica ou burocrática; ela exige compreensão profunda da sua realidade cultural, linguística e emocional.

Com essa metodologia, a pesquisa se desdobra em três frentes. A primeira é a observação participante, que me permite registrar situações concretas do cotidiano escolar e identificar barreiras enfrentadas por docentes e estudantes. A minha inserção direta nos espaços escolares garante uma visão mais apurada das dificuldades, como a falta de formação específica para lidar com a diversidade e as lacunas no apoio institucional para a prática pedagógica. A segunda frente é a revisão crítica das políticas educacionais vigentes, como o Plano Municipal de Educação e documentos internacionais relevantes, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança. Esta revisão busca confrontar as normativas com a realidade observada, apontando onde e por que essas políticas falham na prática.

Por fim, a pesquisa propõe a criação de grupos de estudo de professores como uma alternativa formativa, baseada no diálogo e na colaboração entre os profissionais da educação. Esses grupos representam uma oportunidade para que os docentes reflitam sobre suas práticas e construam conhecimento de forma conjunta, como sugere Nóvoa (2009), que defende que a formação docente deve se fundamentar na valorização da experiência e na construção coletiva de saberes. Na minha trajetória profissional, percebi que essa modalidade de formação continuada é eficaz porque parte das necessidades reais

dos professores e oferece espaço para o compartilhamento de estratégias e vivências, fortalecendo a autonomia pedagógica.

A metodologia adotada neste trabalho reflete, portanto, minha tentativa de conectar a prática docente com as diretrizes institucionais e internacionais, promovendo uma educação que seja, de fato, inclusiva e transformadora. Ao mesmo tempo em que analiso as políticas educacionais, busco intervir na realidade escolar por meio do protagonismo docente, criando condições para que os professores se tornem agentes ativos na construção de uma escola mais acolhedora para todos os alunos, independentemente de sua origem. Assim, esta pesquisa se estabelece como uma ponte entre o que se vive na sala de aula e o que é proposto nos documentos oficiais, sempre com o objetivo de contribuir para uma prática pedagógica mais justa e humana.

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Ao longo dos últimos anos, atuando como professora na Rede Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, presenciei e vivenciei diversas barreiras que comprometem o acolhimento e a inclusão de crianças migrantes nas escolas públicas da cidade. A inserção dessas crianças é marcada por obstáculos estruturais que revelam a distância entre as diretrizes das políticas públicas e a realidade da prática pedagógica. Embora a legislação assegure o direito universal à educação, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o cotidiano escolar demonstra que o acesso formal à escola é apenas uma parte do desafio. A inclusão real demanda condições pedagógicas, linguísticas e culturais que muitas vezes estão ausentes. Thiollent (2011) alerta que “a simples introdução de normas e diretrizes não garante a transformação da prática social, que precisa ser acompanhada por processos formativos e de suporte contínuo”, uma observação que ressoa diretamente na minha experiência em sala de aula.

A diversidade linguística é uma das principais dificuldades enfrentadas. Crianças vindas de diferentes países, especialmente da Venezuela e do Haiti, chegam sem compreender o português, o que gera um abismo na comunicação desde o primeiro contato com a escola. A falta de suporte especializado, como intérpretes ou materiais didáticos bilíngues, amplia essa distância e acaba sobrecarregando os professores. Muitas vezes, cabe a nós, docentes, improvisar estratégias para nos comunicar com essas crianças, como utilizar gestos, tradutores eletrônicos ou envolver outros alunos como mediadores. No entanto, essa tentativa informal de inclusão nem sempre é eficaz. Minayo (2010) destaca que “a inclusão não se faz apenas com acesso, mas com a possibilidade real de participação e

pertencimento”, e é justamente essa participação ativa que, em muitos casos, fica comprometida.

Além disso, a formação inicial dos professores não tem preparado adequadamente para lidar com a pluralidade cultural e os traumas vivenciados por crianças migrantes e refugiadas. O currículo tradicional não contempla de forma sistemática a educação intercultural, e os programas de formação continuada oferecidos pela rede pública frequentemente são insuficientes ou não dialogam com as necessidades reais do cotidiano escolar. Nóvoa (2009) argumenta que a formação docente precisa ser contínua e centrada na reflexão sobre a prática, pois é por meio dela que se constroem “saberes profissionais” capazes de responder aos desafios contemporâneos. Na prática, contudo, a oferta de capacitações específicas para o trabalho com crianças migrantes é rara e, muitas vezes, voluntária, o que deixa a maioria dos professores sem ferramentas adequadas para enfrentar esses desafios.

A ausência de um currículo sensível à diversidade também é uma barreira significativa. Muitos dos conteúdos e metodologias utilizados não consideram as vivências e culturas desses estudantes, gerando um sentimento de exclusão. Em sala de aula, percebi que as crianças migrantes frequentemente se retraem, evitando interações e demonstrando dificuldade em se adaptar ao ambiente escolar. Esse comportamento muitas vezes é interpretado de forma equivocada como desinteresse ou dificuldade cognitiva, quando na verdade revela a falta de um espaço acolhedor e significativo para elas. As políticas públicas, como o Plano Municipal de Educação, indicam a necessidade de promover uma educação inclusiva, mas na prática não há orientações claras nem recursos suficientes para que os professores adaptem o currículo e criem esse ambiente acolhedor.

Além dos aspectos pedagógicos, há barreiras administrativas e de infraestrutura que dificultam o acolhimento. A matrícula dessas crianças muitas vezes é burocrática, e a falta de documentos regularizados pode atrasar o processo de inserção escolar. Há ainda a ausência de ações coordenadas entre diferentes esferas da gestão pública, como assistência social e saúde, para garantir que essas crianças recebam o suporte necessário. Isso faz com que a escola, e conseqüentemente o professor, acumule responsabilidades que vão além da dimensão pedagógica, atuando como mediador de questões sociais e burocráticas para as quais nem sempre está preparado. Conforme Kemmis e McTaggart (1988), uma educação transformadora requer que todas as partes envolvidas na

comunidade escolar e no entorno social colaborem para superar as desigualdades, mas, no contexto de Foz do Iguaçu, essa colaboração ainda é insuficiente.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de uma articulação mais eficaz entre as políticas públicas e a prática docente, bem como a criação de espaços formativos que permitam aos professores compartilhar suas experiências e desenvolver novas estratégias. A pesquisa-ação é uma metodologia apropriada para essa tarefa, pois promove a participação ativa dos professores e dos alunos na busca por soluções para os problemas vivenciados. Thiollent (2011) reforça que “a pesquisa-ação é uma metodologia voltada para a transformação das práticas sociais, permitindo que os participantes se apropriem do processo e se tornem protagonistas das mudanças necessárias”. Em minhas reflexões e observações, percebo que somente por meio desse tipo de envolvimento e protagonismo docente será possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todas as crianças, independentemente de sua origem, possam se sentir acolhidas e pertencentes.

## **5.1 REVISÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

A revisão das principais políticas educacionais voltadas para a inclusão de crianças migrantes e refugiadas em Foz do Iguaçu evidencia tanto avanços quanto limitações. O Plano Municipal de Educação (PME), em consonância com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece o direito ao acesso e permanência de todos os estudantes, independentemente de nacionalidade ou situação migratória. Além disso, o PME destaca a importância da educação inclusiva e intercultural, prevendo ações para garantir o acolhimento e a diversidade nas escolas municipais. No entanto, a implementação dessas propostas no contexto cotidiano das escolas apresenta desafios que comprometem a efetividade dessas políticas.

Na prática, percebo que a inclusão formal, expressa pela matrícula dos estudantes migrantes, é garantida, mas o acesso efetivo ao aprendizado e à participação escolar ainda é uma questão em aberto. A falta de orientação clara para adaptar o currículo às necessidades desse público é um dos pontos críticos. Apesar de o PME reconhecer a necessidade de uma educação que respeite a diversidade cultural e linguística, não há, no plano, estratégias objetivas ou recursos que auxiliem os docentes nesse processo. A aplicação de políticas interculturais, que poderiam aproximar as crianças migrantes da comunidade escolar, acaba sendo limitada à iniciativa individual dos professores, muitos dos quais não recebem formação ou suporte adequado para lidar com essa realidade.

A análise crítica desse cenário revela que, embora o discurso das políticas públicas seja inclusivo, as ações práticas ainda esbarram em barreiras estruturais. Por exemplo, não há um número suficiente de mediadores culturais, intérpretes ou programas específicos de ensino de português como língua de acolhimento, essenciais para garantir que essas crianças superem a barreira linguística. Como resultado, o aprendizado se torna fragmentado, e os alunos migrantes, muitas vezes, são vistos como desinteressados ou incapazes de acompanhar o ritmo da turma, o que aprofunda sua exclusão.

Outra limitação das políticas públicas em Foz do Iguaçu é a falta de articulação entre as secretarias de educação, saúde e assistência social, uma necessidade apontada pelo próprio PME. A presença de crianças que enfrentam traumas e situações de vulnerabilidade social demanda um atendimento integrado, mas, na prática, é a escola que acaba absorvendo essas demandas, sem o devido suporte institucional. Essa sobrecarga compromete o trabalho pedagógico e gera frustração tanto para os professores quanto para os estudantes, uma vez que as necessidades mais urgentes desses alunos não são atendidas de forma adequada.

Diante dessas lacunas, vejo que o fortalecimento das políticas de formação continuada para professores é essencial para que a inclusão seja de fato significativa. A criação de grupos de estudos e fóruns de discussão sobre o tema, em colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e a UNILA, poderia ser um caminho para desenvolver conhecimentos e práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, o investimento em parcerias com organizações não governamentais e programas internacionais de apoio a migrantes poderia complementar os esforços do poder público, oferecendo recursos e capacitação para a comunidade escolar.

Por fim, é necessário repensar as políticas educacionais de maneira mais integrada e sustentável. Conforme afirmam Kemmis e McTaggart (1988), “a transformação da prática educativa exige uma articulação entre o que é prescrito pelas políticas e o que é experienciado no cotidiano escolar”. Assim, para que as crianças migrantes sejam realmente incluídas e participem de maneira ativa da vida escolar, é fundamental que as políticas públicas sejam revisadas e alinhadas com as necessidades concretas dos sujeitos envolvidos. A educação intercultural, além de ser um imperativo legal, é uma oportunidade de transformação social, mas essa transformação só será possível se as políticas forem acompanhadas de ações efetivas e contínuas, que deem suporte tanto aos estudantes quanto aos professores.

## 5.2 CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

A modalidade de Grupo de Estudos de Professores pode contribuir significativamente para a construção de conhecimentos sobre o acolhimento de crianças nas escolas, especialmente no contexto das instituições públicas de Foz do Iguaçu, onde a presença de estudantes migrantes e refugiados é expressiva. Essa abordagem formativa se destaca por promover a troca de experiências entre os próprios docentes, permitindo que o aprendizado se dê de forma colaborativa e contextualizada. Como já observei ao longo da minha prática, é comum que os professores enfrentem dificuldades em lidar com a diversidade cultural e linguística em sala de aula, especialmente por não receberem a formação específica e contínua necessária para enfrentar esses desafios.

A escolha pelo grupo de estudos como estratégia formativa é coerente com a ideia de formação contínua proposta por Nóvoa (2009). Para ele, "a formação dos professores precisa ser um processo permanente, enraizado na prática cotidiana e em diálogo com os pares". Nesse sentido, o grupo de estudos oferece uma alternativa sistematizada e reflexiva, permitindo que o desenvolvimento do conhecimento não ocorra de forma vertical, mas sim a partir das experiências e saberes dos próprios professores. O foco, portanto, é construir soluções que façam sentido dentro do contexto em que esses profissionais atuam, valorizando suas vozes e protagonismo.

Além disso, essa modalidade formativa cria espaço para que os professores analisem criticamente as políticas públicas e as adaptem à realidade concreta das suas escolas. Como destaca Freire (1996), a educação é um ato dialógico, e é nesse diálogo entre teoria e prática que se constroem as transformações necessárias. No grupo de estudos, o professor não é apenas um receptor passivo das políticas educacionais, mas um sujeito ativo, capaz de identificar limites e lacunas nas diretrizes oficiais e propor práticas inovadoras para promover o acolhimento e a inclusão.

Com base nas minhas observações e nas análises realizadas até aqui, proponho algumas sugestões para fortalecer a atuação dos grupos de estudos de professores na temática do acolhimento. Primeiramente, é fundamental que a Secretaria Municipal de Educação crie condições para que esses grupos possam ser formalizados e tenham continuidade, oferecendo horários e locais adequados para seus encontros. Em segundo lugar, sugiro que a temática do acolhimento seja integrada às agendas formativas da rede municipal, possibilitando que os grupos discutam não apenas questões pedagógicas, mas também aspectos sociais, emocionais e culturais relacionados aos estudantes migrantes.

Também é essencial promover a articulação entre escolas e universidades, como a UNILA, para que esses grupos possam contar com o apoio de especialistas e acesso a pesquisas atualizadas sobre o tema. Essa parceria pode ser enriquecedora, ampliando o repertório dos docentes e fortalecendo a relação entre teoria e prática. Por fim, defendo que os grupos de estudos sejam vistos como um espaço de experimentação pedagógica, onde os professores possam compartilhar e testar estratégias inovadoras de acolhimento, construindo assim uma prática educativa que realmente atenda às necessidades dos estudantes.

Essa proposta é alinhada com o que aponta Kemmis e McTaggart (1988), ao defenderem que a formação precisa ser ativa e transformadora, com ênfase na colaboração e na ação-reflexão. Os grupos de estudos são um caminho potente para promover essa transformação, ajudando a construir uma educação mais justa e inclusiva, que vá além do discurso formal das políticas e se concretize na prática diária da sala de aula.

### **5.3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A INCLUSÃO DE CRIANÇAS MIGRANTES E REFUGIADAS: UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS GLOBAIS**

A temática da inclusão de crianças migrantes e refugiadas em ambientes educacionais não é apenas uma questão local ou nacional, mas um fenômeno que se insere em um contexto mais amplo de Relações Internacionais (RI). Este fenômeno reflete os desafios que a comunidade global enfrenta em relação ao direito à educação, à proteção dos direitos humanos e ao acolhimento de populações vulneráveis. A análise das políticas educacionais de Foz do Iguaçu, com foco na inclusão dessas crianças, se alinha com diretrizes estabelecidas em documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Declaração dos Direitos da Criança, adotada em 1959 e posteriormente transformada na Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989, estabelece que toda criança tem o direito à educação, independentemente de sua origem ou condição social. Este documento enfatiza a importância da educação como um meio para garantir o desenvolvimento pleno e o bem-estar das crianças. O artigo 28 da Convenção destaca que “os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e com isso, devem tornar a educação acessível a todos” (UNICEF, 1989). Portanto, as políticas educacionais que buscam atender crianças migrantes e refugiadas estão em consonância com os princípios delineados neste tratado internacional.

Além disso, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), propõe garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Este objetivo global reconhece a importância da educação para a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero e a redução das desigualdades. O ODS 4.5, especificamente, ressalta a necessidade de eliminar as disparidades no acesso à educação de qualidade, assegurando que todos, incluindo crianças em situações vulneráveis, tenham acesso à educação (ONU, 2015). O contexto de Foz do Iguaçu, com sua alta taxa de migração, é um microcosmo que reflete as realidades enfrentadas em diversas partes do mundo, onde crianças de diferentes origens culturais e sociais buscam um espaço na rede educacional.

Ademais, as Relações Internacionais também envolvem a análise de políticas de acolhimento e integração de migrantes e refugiados, que muitas vezes são influenciadas por tratados internacionais e por acordos multilaterais. Um exemplo disso é o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular, adotado em 2018, que estabelece um conjunto de diretrizes para promover a proteção dos direitos dos migrantes e o fortalecimento das comunidades que os acolhem. Esse pacto enfatiza a importância de uma abordagem colaborativa, envolvendo governos, organizações internacionais e sociedade civil na criação de políticas que garantam o acesso à educação e outros serviços essenciais para os migrantes (ONU, 2018).

No contexto de Foz do Iguaçu, a realidade vivenciada nas escolas revela que, apesar da existência de diretrizes que sustentam a inclusão, muitos obstáculos permanecem. O acolhimento efetivo de crianças migrantes e refugiadas depende de um esforço conjunto que não só leve em consideração as políticas nacionais e locais, mas que também esteja alinhado com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. A formação de professores, a conscientização sobre a diversidade cultural e linguística e a disponibilidade de recursos são fundamentais para garantir que esses alunos se sintam bem-vindos e integrados.

Assim, é essencial que as práticas pedagógicas adotadas nas escolas de Foz do Iguaçu sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, levando em conta não apenas as políticas locais, mas também o contexto global. O trabalho colaborativo entre instituições de ensino, governo e organizações da sociedade civil é fundamental para que se concretize uma educação de qualidade e inclusiva, conforme preconizado por tratados internacionais. A

intersecção entre educação e relações internacionais, portanto, não é apenas uma questão de políticas públicas, mas um imperativo moral que envolve o reconhecimento da dignidade e dos direitos de todas as crianças, independentemente de sua origem.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste trabalho visam refletir sobre a complexidade do acolhimento de crianças migrantes e refugiadas nas escolas de Foz do Iguaçu, articulando as diretrizes locais com as políticas internacionais que orientam a inclusão e a educação de populações vulneráveis. A realidade enfrentada nas escolas, onde muitas vezes os professores se deparam com a falta de suporte e formação adequada para lidar com a diversidade cultural e linguística, revela um descompasso entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas efetivas. Essa análise crítica nos leva a entender que, para que as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sejam realmente efetivas, é necessário um compromisso coletivo que abranja não apenas o âmbito local, mas também as diretrizes internacionais.

Os documentos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, são fundamentais para direcionar as ações educativas e garantir que o direito à educação seja respeitado em sua totalidade. A Convenção, ao afirmar que toda criança tem direito à educação, independentemente de sua origem, reforça a responsabilidade do Estado em criar condições que permitam esse acesso, refletindo na prática pedagógica e na formação dos professores. O ODS 4, que busca garantir uma educação inclusiva e equitativa, destaca a importância de eliminar as disparidades no acesso à educação, um objetivo que deve ser perseguido com determinação por todas as esferas de governo e pela sociedade civil.

Além disso, a intersecção entre as políticas locais de educação e os compromissos internacionais reforça a necessidade de um olhar crítico sobre a implementação das diretrizes. A análise das políticas educacionais em Foz do Iguaçu, especialmente o Plano Municipal de Educação, evidencia que, apesar das boas intenções, muitos desafios permanecem. As lacunas na formação de professores e na infraestrutura das escolas para atender a diversidade linguística e cultural dos alunos migrantes são exemplos claros de como a realidade pode se distanciar do ideal previsto nas políticas.

A escolha de trabalhar com a metodologia da pesquisa-ação se justifica pela sua capacidade de promover uma reflexão crítica e colaborativa entre professores e

pesquisadores, visando a transformação da realidade escolar. Essa abordagem permite que os docentes compartilhem suas experiências, identifiquem as barreiras que enfrentam e construam juntos estratégias de acolhimento e inclusão mais efetivas. Em um contexto onde a migração é uma realidade crescente, o papel do professor se torna ainda mais crucial, pois ele é o agente que pode fazer a diferença na vida de crianças que buscam um espaço seguro e acolhedor na escola.

Nesse sentido, a proposta de grupos de estudos de professores surge como uma alternativa formativa que pode contribuir significativamente para a construção de conhecimentos sobre o acolhimento de crianças migrantes. Esses grupos oferecem um espaço para que os educadores possam discutir práticas, compartilhar experiências e se aprofundar em teorias que embasam suas ações. A troca de saberes e a reflexão coletiva são fundamentais para que os professores se sintam mais preparados para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula.

Por fim, as considerações finais deste trabalho apontam para a necessidade de um compromisso compartilhado que envolva gestores, educadores e a sociedade civil no processo de acolhimento e inclusão de crianças migrantes e refugiadas. As políticas educacionais devem ser constantemente revisadas e ajustadas para atender às demandas específicas dessa população, assegurando que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, conforme preconizado pelos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. A luta pela inclusão e pela equidade na educação é, portanto, um desafio que transcende fronteiras, exigindo um esforço coletivo e uma visão ampla que considere as relações internacionais e o contexto local.

Essas reflexões sublinham que a educação não é apenas uma questão de formação acadêmica, mas também de cidadania, respeito à diversidade e promoção dos direitos humanos. As escolas, como espaços de formação integral, têm o potencial de serem agentes de transformação social, e o fortalecimento das políticas de acolhimento é um passo essencial nessa direção. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa, inevitavelmente, pela garantia do direito à educação para todos, reconhecendo e valorizando a riqueza que a diversidade cultural e linguística traz para o ambiente escolar.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 28 out. 2024.

FOZ DO IGUAÇU. Plano Municipal de Educação (PME), 2015-2025. Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <https://www.pmfri.pr.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KEMMIS, Stephen; MCTAGGART, Robin. The Action Research Planner. 3. ed. Victoria: Deakin University Press, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NÓVOA, António. Os Professores e a Sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 2009.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/>. Acesso em: 28 out. 2024.

ONU. Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/en/Global-Compact-Migration>. Acesso em: 28 out. 2024.

UNICEF. Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org.br/direitos-da-crianca/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 28 out. 2024.